

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Dois senadores do DF apoiam instalação da CPMI do INSS

Cinco deputados federais e dois senadores da bancada do Distrito Federal assinaram o requerimento para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar descontos ilegais nas aposentadorias e pensionistas do INSS. Os desvios, entre os anos de 2019 e 2024, são estimados em R\$ 6,3 milhões. O pedido de investigação foi apresentado pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que obviamente assina o pedido de abertura dos trabalhos, e pela deputada Coronel Fernanda (PL-MT). No Senado, além de Damares, o senador Izalci Lucas (PL-DF) também apoia a CPMI. Do partido do ex-ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, demitido quando a denúncia de fraude veio à tona, a senadora Leila Barros (PDT-DF) não assinou o requerimento, que conta com apoio oficial de 36 senadores e de 223 deputados, mais que o mínimo exigido para requerer a CPMI, que é de 27 senadores e 171 deputados, um terço da composição de cada Casa legislativa.



Saúl Cruz/Agência Senado

Cinco a três

Na bancada do DF na Câmara Federal, assinaram o requerimento de instalação da CPMI do INSS a deputada Bia Kicis (PL-DF) e os deputados Fred Linhares (Republicanos-DF), Alberto Fraga (PL-DF), Júlio César Ribeiro (Republicanos-DF) e Rafael Prudente (MDB-DF). Érika Kokay (PT-DF) e Professor Reginaldo Veras (PV-DF), da base do governo, não assinaram, segundo lista divulgada pelo Senado. Também ficou fora do requerimento o deputado Gilvan Máximo (Republicanos-DF), que está em vias de deixar o mandato para que Rodrigo Rollemberg (PSB) assuma, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Luis Nova/CB/D.A Press



Dobradinha

Nas próximas eleições, a deputada federal Bia Kicis (PL-DF) quer fazer dobradinha com seu discípulo Thiago Manzoni (PL), na foto. Bia quer disputar um cargo majoritário, tendo Manzoni (PL) na disputa a deputado federal. Será um discurso conservador, voltado para a família, em defesa do legado de Bolsonaro e com críticas ao STF.

Fogo amigo

Briga na base: o deputado João Cardoso (Avante) subiu na tribuna da Câmara Legislativa para criticar um suposto poder que o presidente do Ibram, Rôney Nemer (PP), tem em relação às nomeações da carreira de fiscalização no governo do DF. "Tem um presidente aí que é o dono das nomeações. Ele é que faz as nomeações. É por ele que passam as nomeações. É o presidente do Ibram. Ele é que o governador junto ao DF Legal. Vamos tomar vergonha na cara!".

De malas prontas

Em breve, a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) deve anunciar mudança para outro partido. Ela já acertou a saída, faltam últimos detalhes para a entrada.

Ed Alves/CB



Celebração da diversidade cultural

A Praça dos Três Poderes será palco, na próxima quarta-feira, de uma celebração do Dia Mundial da Diversidade Cultural, iniciativa da Casa Civil do GDF em parceria com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Instituto Integra Mais Um. Será um evento gratuito e aberto ao público, com grandes nomes da música brasileira, entre outras atrações que simbolizam a pluralidade de estilos e tradições. As atividades previstas na programação incluem oficinas, rodas de bate-papo e ações de mediação artística em paralelo aos shows, oferecendo espaço para debates sobre diversidade cultural e economia criativa. "Ao reunir diferentes expressões artísticas e promover o diálogo intercultural, reforçamos, juntos, os pilares da democracia e da cidadania", afirma o chefe da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha.

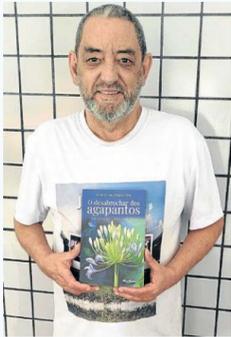
PEDRO SANTANA / CB



Memórias

O diretor de Jornalismo da ABI, Moacyr de Oliveira Filho, o Moa, lança seu livro de memórias *O desabrochar dos agapantos – histórias, reflexões, vivências*, na quarta-feira (21), das 19h às 21h, no Beirute da Asa Sul. No livro, Moa conta sua luta contra a ditadura e o alcoolismo, a prisão e a tortura, o amor pelo Corinthians e pela Portela e fala de jornalismo, política, samba, carnaval e muito mais. "O livro não é um romance autobiográfico, mas um relato direto, jornalístico, de episódios que marcaram a minha vida", resume Moa. Como escreveu o jornalista Hélio Doyle no prefácio: "É uma vida que merece ser contada".

Divulgação



MANDOU BEM

O Tribunal de Contas do DF (TCDF) firmou uma parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) que vai contribuir para a ampliação e a modernização da fiscalização de obras públicas no DF a partir do compartilhamento de imagens de satélite.

"O Estado brasileiro, hoje, parece que existe para ele mesmo. Precisamos de um Estado que sirva ao contribuinte (...) Não sou Lula. Não sou Bolsonaro. Eu sou Brasil"

Ex-senador José Antonio Reguffe (Solidariedade-DF)



SÓ PAPOS



MANDOU MAL

Essa história de criar bebê reborn, fazer lei para impedir que os bonecos sejam tratados em pronto-socorro e o debate sobre o assunto é uma sandice. Com tantas crianças e até pets precisando de um lar, um adulto "adotar" reborn é um problema para ser tratado no psiquiatra.

"A discussão não é defender Lula ou Bolsonaro. É defender a democracia ou a ditadura. A soberania nacional ou a submissão. O combate à fome ou a insensibilidade social. Em meio a tantos ataques recentes à democracia, a neutralidade se torna cumplicidade"

Deputada Érika Kokay



À QUEIMA-ROUPA

ENOQUE VENÂNCIO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO DF (SINPOL-DF)

Divulgação/Sinpol



O que foi discutido na reunião desta semana no Ministério da Gestão e Informação sobre as forças de segurança do DF?

O governo federal solicitou dados complementares sobre o impacto financeiro da reestruturação no Fundo Constitucional.

Qual é o reajuste pleiteado pela Polícia Civil do DF?

Reivindicamos a equiparação ao subsídio da Polícia Federal, com reajuste médio de 34%, para restabelecer a histórica simetria entre as instituições.

Há alguma previsão de recomposição para este ano?

Sim. De acordo com a proposta do GDF, uma parcela do reajuste — correspondente a 17% — está prevista para ser implementada em setembro de 2025.

O governador Ibaneis Rocha já se comprometeu com o aumento?

Sim. Ele encaminhou a proposta ao governo federal em fevereiro, reforçando seu compromisso com a categoria.

Haverá resistência do governo federal?

Não vemos resistência. A simetria sempre foi respeitada nos governos do presidente Lula e deve continuar sendo.

Há previsão orçamentária para o reajuste?

Sim. Estudos do GDF comprovam a viabilidade financeira sem comprometer o Fundo Constitucional. Atualmente, a Polícia Civil representa uma parcela muito pequena da distribuição do Fundo. Historicamente, a Polícia Civil já chegou a absorver cerca de 20% dos recursos — percentual hoje reduzido para aproximadamente 10%. Essa redução desproporcional não condiz com a importância estratégica da instituição na manutenção da segurança pública na capital do país. Portanto, o reajuste é não apenas possível, mas necessário para corrigir uma defasagem injustificável.

Qual será o impacto financeiro?

O impacto exato está sendo finalizado e será apresentado oficialmente junto à proposta de alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA), por meio de um projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN). No entanto, já é possível afirmar que há margem fiscal para viabilizar a reestruturação da Polícia Civil do DF dentro do Fundo Constitucional, sem prejuízo ao equilíbrio das contas públicas.

As forças de segurança do DF fazem jus a esse aumento? Estão trabalhando o suficiente para merecer o benefício?

A Polícia Civil do DF dá provas diárias de sua excelência. Somos referência nacional em resolução de homicídios e repressão qualificada ao crime organizado. O DF é uma das poucas unidades da Federação onde esse tipo de organização criminosa não se enraizou — e isso se deve, principalmente, à atuação técnica e estratégica da PCDF. Investigamos e desarticulamos quadrilhas de tráfico, crimes cibernéticos, fraudes contra o INSS e diversas outras modalidades complexas. Nossa presença está, diariamente, nas páginas dos jornais, não por vaidade, mas por eficiência. Esse resultado é fruto do esforço de uma categoria que atua com recursos limitados, mas entrega inteligência, dedicação e coragem. Se já fazemos muito, mesmo com defasagem, imagine o quanto mais poderíamos entregar com uma estrutura compatível com nossa missão.

Qual é o próximo passo?

O foco agora é concluir as tratativas com o Executivo federal e garantir o envio de um PL ou MP ao Congresso para viabilizar o reajuste. O Sinpol-DF seguirá firme em todas as frentes para assegurar os direitos da categoria. Também seguiremos na luta pela recomposição do efetivo da PCDF com a nomeação de todos os aprovados e o esgotamento do cadastro reserva — urgente para fortalecer a segurança pública e valorizar quem está pronto para servir. O sindicato não tem síndico, não possui dono e lá parece que tem dono. Tem que tomar vergonha. Sindicato representa todos os filiados.